

# II Simpósio de Recursos Hídricos

Possibilidades e Desafios Socioambientais na Amazônia

28 de Agosto à 01 de Setembro de 2013  
Rolim de Moura - RO



## ENSAIOS



## O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E DO PODER PÚBLICO NO DIÁLOGO EM PROL DAS ÁGUAS URBANAS NA BACIA DO RIO BRANCO – RO

*Carla Silveira Arruda.*

**Resumo:** Com o crescente processo de urbanização os leitos fluviais urbanos estão assumindo a função de depósito de sedimentos e de resíduos sólidos, contribuindo assim para a poluição e contaminação dos recursos hídricos, afetando diretamente os parâmetros de quantidade e qualidade hídrica que são responsáveis pela manutenção e equilíbrio dos organismos vivos desse espaço (biota). A implantação dos Comitês de Bacia Hidrográfica é uma realidade estabelecida pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, embora na prática esta ferramenta de fundamental importância para a concretização do gerenciamento dos recursos hídricos esteja á passos lentos e poucos são os exemplos eficientes de implantação desses Comitês em nível nacional. No entanto, o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, desde que aplicado em consonância com que rege a Lei nº. 9.433/97 e demais leis e decretos estaduais e municipais será possível e fundamental a estruturação de um sistema, que realmente, contribua com as necessidades da população.

**Palavras chave:** Gestão, Recursos Hídricos, Urbano.

**Abstract:** With increasing urbanization the urban riverbeds are assuming the role of deposit of sediment and solid waste , thereby contributing to the pollution and contamination of water resources , affecting directly the parameters of water quality and quantity that are responsible for maintaining and balance of living organisms that space ( biota ) . The implementation of the Watershed Committees is a reality established by the National Water Resources Management , although in practice this tool of fundamental importance for the realization of the management of water resources will be slow steps and there are few examples of efficient deployment of these Committees nationally. However , the system of management of water resources , since it applied in accordance with the governing Law . 9.433/97 and other laws and state and local ordinances will be possible and crucial to organize a system that really contribute to the needs of the population ..

**Keywords:** Management, Water Resources, Urban.

### 1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental está em evidência em vários aspectos, mas no presente artigo traremos uma reflexão sobre os aspectos fluviais urbanos e sua ingerência, em relação com o poder público e com a sociedade civil organizada, cujo objetivo é identificar o atual e o ideal papel de ambos no diálogo em prol das águas, especificamente entre os atores da Bacia do Rio Branco no município de Alta Floresta D'Oeste – RO.



Coloca-se então as seguintes reflexão: Quais as dificuldades do poder público e da sociedade civil organizada em exercer seus papéis no diálogo em prol das águas urbanas do município de Alta Floresta? Será que as águas urbanas do município de Alta Floresta, farão parte da pauta da reivindicação dos atores da bacia do Rio Branco?

As áreas hídricas urbanas no Estado de Rondônia foram sendo ocupadas de modo aleatório e desordenadas, processo este, que foi influenciado pelo modo de colonização que se deu entre as décadas de 70-80. Mas este problema intensificou-se com a expansão do complexo urbano, sem que houvesse nenhuma preocupação com a preservação destes, e assim, surtem as conseqüências negativas quanto aos fatores de qualidade e quantidade de água nos rios urbanos, desencadeado pelo desequilíbrio ecológico, devido à supressão da vegetação ciliar, afetando assim, uma cadeia de fatores que estão intimamente interligados, como: as espécies de animais e plantas aquáticos e terrestres e também o desequilíbrio dos fatores abióticos (clima, temperatura, ventos, qualidade do solo e da água).

Entre o papel poder público e da sociedade civil organizada nos diálogos em prol das águas nota-se uma lacuna em termos de políticas públicas e no que se vê na prática, gerando discrepâncias entre objetivos reais e a realidade. Mas, o que leva a gerar tais desencontros de interesses e atitudes que deveriam ser comuns entre ambos? Como resgatar o verdadeiro sentido e aplicabilidade das políticas públicas ambientais de modo integrado e participativo? Assim, como estas, surgem vários questionamentos que nos levam a pensar o porquê de tantas dificuldades na implantação e implementação das teorias, na pratica social participativa.

Apesar, das matas ciliares, ou seja, a vegetação nativa nas margens dos rios serem consideradas por lei, áreas de preservação permanente, não foi o suficiente para manter estas áreas preservadas. Destacando-se neste trabalho o caso das áreas urbanas, onde é comum na maioria das cidades a existência de rios, córregos ou igarapés que já estão parcialmente ou completamente alterados pelas ações humanas, que se procederam desde o tempo de colonização até os dias atuais de maneira indiscriminada, desordenada e ilegal.

Sendo este um problema cronológico, cujas conseqüências foram se agravando gradativamente, onde a geomorfologia assume um papel fundamental no diagnóstico e recuperação das áreas degradadas, pois leva em conta os diversos fatores que contribuem



para a alteração das paisagens naturais, que segundo, Guerra e Marçal (2010) *apud* Mantovani (2003) Pag. 87, que:

“Na substituição dos biomas por outros sistemas agrícolas ou urbanos são perdidas também, importantes funções de equilíbrio que os biomas exercem no ambiente, seja na proteção do solo, na manutenção dos ciclos hidrológicos, no tamponamento dos efeitos dos fatores físicos do ambiente sobre a superfície da terra, seja na radiação solar, a temperatura, a precipitação, e a ação de ventos.”

Diante das diversas transformações que o homem realizou desde o princípio de sua história buscando suprir suas necessidades, transformando e inventando engenhos a partir das matérias primas, e passando por sua fase nômade até chegar à fase de se fixar em um determinado lugar, que seja adequado para sua sobrevivência, formando assim, pequenos grupos, que foram se expandindo com o passar do tempo, logo então, surgem os vilarejos, vilas, até que se tornarem nos dias de hoje as pequenas, médias e grandes cidades, compostas de um sistema complexo, na maioria delas regidas pelo sistema capitalista.

Atualmente, este complexo e sistema envolvem todos os municípios do Brasil. Complexo este composto pelos aspectos: social, econômico, cultural, político, que juntos e desordenados trazem diversas consequências negativas ao meio físico em que estão inseridos. Observando que todos os aspectos estão direta ou indiretamente interligados ao uso dos recursos extraídos da natureza, uso este que transforma os aspectos naturais da paisagem, muitas vezes de forma irreversível, que no caso da urbanização está diretamente envolvida com o espaço que ocupa e o modo como ocupa.

## 2. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com embasamentos teóricos e pesquisa participante com base em Demo (1981, 2010). A pesquisa com a população e os diversos atores da bacia com questionários com perguntas abertas e fechadas visando melhor direcionar o assunto e também proporcionar a liberdade de expressão de acordo com a visão de cada entrevistado. Um trabalho dessa natureza tem como objetivo propiciar aos grupos populares entendimento de seus problemas para que eles possam percebê-los e levantar alternativas que vão de encontro aos seus interesses.

Nessa perspectiva e tendo como fio condutor técnicas qualitativas de investigação tais como: observação participante, entrevistas livres e entrevistas semi-estruturadas,



oficinas de trabalho com pessoas que são lideranças participativas nos encontros de mobilização para implantação de comitês de bacia hidrográfica que vem ocorrendo desde 2011.

### 3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA A SER DE ESTUDO

O município de Alta Floresta do Oeste – RO, cuja área do território é de 7.067,036 km<sup>2</sup>, apresenta uma população de 24.392 habitantes. (IBGE, 2010), localiza-se a uma latitude 11°58'05" sul e a uma longitude 61°57'15" oeste, estando a uma altitude de 350 metros. Com suas delimitações políticas dentro da Bacia do Rio Branco.

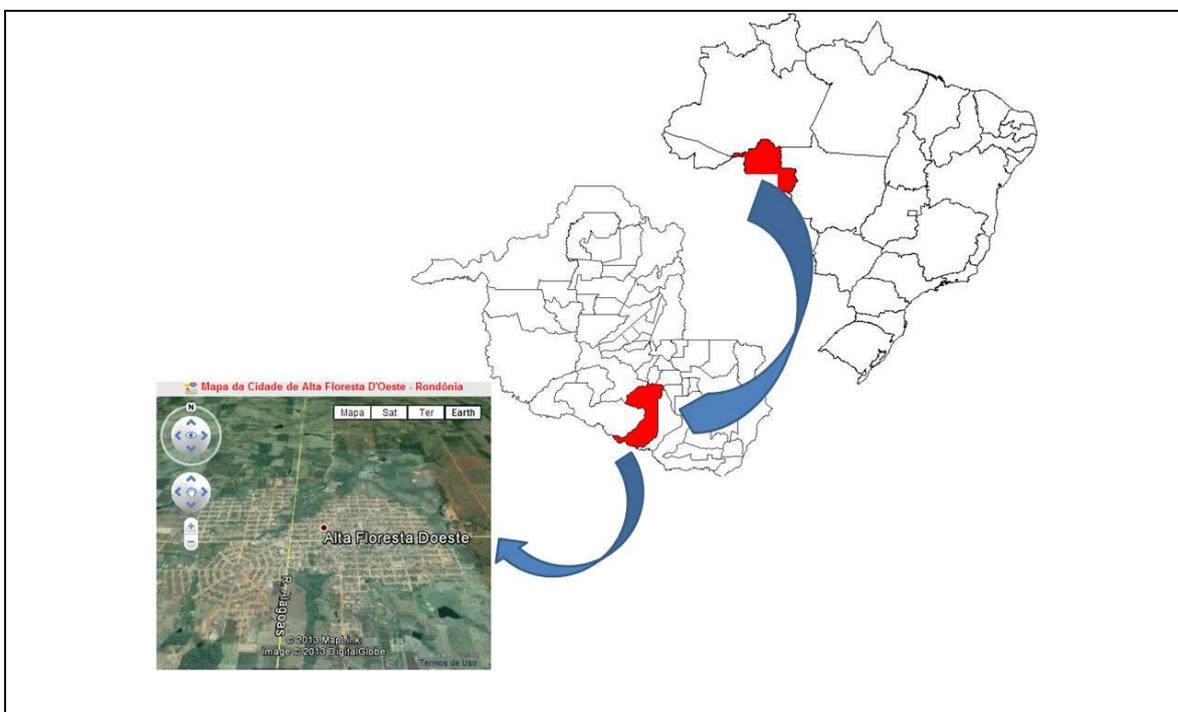


Figura 01 – Localização do Município de Alta Floresta do Oeste - RO

#### 1. Reflexões parciais

A Bacia Hidrográfica é considerada unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº. 9.433/97, e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, onde ressalta no Capítulo IV que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

# II Simpósio de Recursos Hídricos

Possibilidades e Desafios Socioambientais na Amazônia

28 de Agosto à 01 de Setembro de 2013

Rolim de Moura - RO



É fato que os recursos hídricos são de importância vital, considerados ambientes extremamente frágeis por suas características e funções ecológicas. Essas áreas são compostas de nascentes, igarapés, riachos e rios, cuja função é manter o equilíbrio natural entre os fatores bióticos e abióticos, que iram contribuir para o abastecimento de outro corpo hídrico maior, integrando assim, todo um sistema fluvial. Dentro do espaço urbano se torna ainda mais frágil, sendo utilizando como depósito de lixo e esgoto a céu aberto.

Realidade presente no município de Alta floresta do Oeste que com o crescente processo de urbanização os leitos fluviais urbanos estão assumindo a função de depósito de sedimentos e de resíduos sólidos, contribuindo assim para a poluição e contaminação e assoreamento dos corpos hídricos, afetando diretamente os parâmetros de quantidade e qualidade hídrica que são responsáveis pela manutenção e equilíbrio dos organismos vivos desse espaço (biota) e principalmente colocando em risco a saúde pública, fato que vem sendo discutido pelo conceito de Saúde Ambiental.

Um dos instrumentos Legal para dialogar a respeito dessa realidade é a Lei Complementar 255/2002 do Estado de Rondônia que rege sobre a legislação das Águas. Sendo o comitê o principal espaço para ser construída proposta de mudança. A implantação dos Comitês de Bacia Hidrográfica é uma realidade estabelecida pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, embora na prática esta ferramenta de fundamental importância para a concretização do gerenciamento dos recursos hídricos esteja á passos lentos e poucos são os exemplos eficientes de implantação desses Comitês em nível nacional.

No entanto, o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, desde que aplicado em consonância com que rege a Lei nº. 9.433/97 e demais leis e decretos estaduais e municipais será possível e fundamental a estruturação de um sistema, que realmente, contribua com as necessidades da população.

Neste sentido em 2011, inicia-se os movimentos para mobilização da implantação de comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Branco, uma disputa pelo acesso ao direito múltiplo dos recursos hídricos foi o principal motivador, entretanto nas reuniões organizadas pela sociedade civil com a presença do Poder Público a pauta espaço urbano não vem fazendo parte das reivindicações, é perceptível uma grande preocupação com o



espaço rural porém a preocupação com as águas urbanas não estão inseridas nas pautas de reivindicação.

Sendo o município de Alta Floresta o Oeste, conseqüentemente presente na lista de municípios alagados (Figura 01), trazendo prejuízo a todos os atores da Bacia do Rio Branco direta ou indiretamente, nos preocupa o fato dos igarapés urbanos não fazerem parte da agenda de preocupação apresentada nas reuniões com foco na gestão da água na bacia.



Figura – conseqüências no espaço urbano da falta de planejamento socioambiental

Fonte: <http://www.fatosenoticias.com/enchente-castiga-quatro-municipios-de-rondonia/>

Uma das causas apontadas para a presente problemática deve-se ao processo de urbanização desordenada, pela falta de percepção de gestão ambiental de espaços integrados. Azevedo e Barbosa no sentido da dinâmica física do ambiente pontuam que:

“A conseqüência dessa expansão urbana acelerada é a remoção da cobertura vegetal, a impermeabilização do solo que leva à poluição dos cursos d’água, a diminuição das taxas de infiltração que aumentam o escoamento superficial das chuvas, facilitando os processos erosivos e o assoreamento dos cursos d’água.” (AZEVEDO, H., BARBOSA, R, 2011.)

Mas diante desse cenário socioambiental, a sociedade local e global se vê convidada por uma nova onda de inovações tecnológicas que tem avançado cada vez mais rumo a um novo modelo de desenvolvimento econômico que leva em consideração os aspectos social e ambiental, denominado como desenvolvimento sustentável.



Porém esse termo está longe de ser uma realidade se a percepção da sociedade para o espaço englobar tanto espaços urbanos quanto rurais. Dessa forma optou-se em encerrar o presente artigo com apontamentos de pesquisa que posso contribuir com a construção do diagnóstico do quadro da geomorfologia fluvial urbana de Alta Floresta do Oeste e expansão do diálogo socioambiental como necessidade de gestão e planejamento ambiental integrada e participativa;

- Identificar a visão poder público para a gestão e planejamento dos recursos hídricos urbano;
- Fundamentar a importância da participação da sociedade civil organizada e demais atores da bacia no diálogo em prol das águas na bacia do Rio Hidrográfica do Rio Branco. Diante da presença de conflitos, de acordo com a lei 9443/97.
- Justificar a articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada nos diálogos sobre a gestão das águas buscando uma proposta com olhar amazônico.

## 9 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, H., BARBOSA, R. **GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO DISTRITO FEDERAL**: uma análise da gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas. **Ateliê Geográfico**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 5, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/13830/8824>>. Acesso em: 24 Ago. 2012.

DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 1981. 159p

GUERRA, A. MARÇAL.M.S. **GEOMORFOLOGIA AMBIENTAL**. 3º Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.